

# 28

*Luiza Pires Martins  
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt  
Universidade Federal Fluminense*

**VISIBILIDADE  
DO CAMPO ARQUIVÍSTICO  
BRASILEIRO À LUZ  
DO JORNAL DO BRASIL  
E O GLOBO**

Considerando os propósitos sociais que norteiam as práticas do *campo arquivístico*, a partir da institucionalização dos arquivos enquanto lugares passíveis de acessibilidade em dimensão sócio-política, reconhecer a importância da garantia do acesso aos arquivos - e por consequência o *fazer arquivístico*, é reconhecer a garantia de direitos fundamentais. Partindo da acepção de Bourdieu (2004) a respeito de “campo” enquanto um universo regido sob leis sociais específicas, perspectivamos o campo arquivístico como o lugar dos *arquivos*, da *Arquivologia* e dos *arquivistas*, que se delinea conforme as necessidades dos diferentes contextos, marcos significativos e de militância— tanto em constituição legislativa, institucional, quanto acadêmico-científica. No Brasil, a trajetória do campo arquivístico é permeada por marcos e agentes que constituem algumas fases do processo de consolidação e institucionalização. De acordo com Yuri Queiroz Gomes (2011, p. 29), os processos de institucionalização do campo arquivístico estão inseridos no espaço social e resultam de ações de agentes constituintes do campo. Entretanto, os espaços de visibilidade que se dão em torno dos espaços de institucionalização (Gomes, 2011, p. 29) do campo e seus agentes passam também pela compreensão do olhar externo.

A imprensa, enquanto meio de transferência de informação de médio e grande alcance, pode ser um fator central na formação de noções, opiniões e imagens subjetivas da realidade. A influência na percepção de seus interlocutores através das construções narrativas, pode refletir os lugares de visibilidade e representações de categorias. Nesse sentido, este artigo se propõe a apresentar os resultados do objeto da pesquisa de mestrado, intitulado “A visibilidade do campo arquivístico à luz da imprensa brasileira: 1958 a 2020” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Considerando que os processos de institucionalização são constituídos por fases e marcos representativos, e a importância da imprensa para a construção de representações sociais e para a visibilidade de temas relevantes

e de interesse público, temos como escopo analisar os espaços de marcos representativos da Arquivologia no Brasil, no período de 1958 a 2020 em dois jornais da grande imprensa: o jornal O Globo e o Jornal do Brasil.

A coleta dos dados se deu a partir dos termos de busca compilados conforme os marcos selecionados no mapeamento proposto, considerando o ano anterior, o ano do evento selecionado, e o ano posterior ao mesmo, nos endereços eletrônicos dos acervos dos jornais escolhidos, tendo o Jornal O Globo uma plataforma própria, com acesso restrito aos assinantes e o acervo do Jornal do Brasil, sendo hospedado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, com acesso gratuito.

É importante destacar que além dos relativos aos marcos, incluímos nas buscas os termos: *Arquivologia*, *arquivística* e *arquivista*. Tal escolha justifica-se, pontualmente, para uma breve análise quantitativa e temporal sobre como estes termos estão contidos nos jornais. A coleta de dados se dividiu em três etapas: seleção dos termos a serem buscados, definição dos metadados em comum entre os jornais e a compilação das ocorrências em planilha. Os elementos considerados na recuperação dos termos foram: o ano de publicação, o dia e mês da publicação, a edição, o título e a página.

Ao analisarmos o campo da edição, encontramos algumas divergências em relação à tipificação entre os dois jornais: enquanto o Jornal O Globo identifica suas edições entre “Matutina” e “Vespertina”, o Jornal do Brasil numerava ordenadamente cada edição. Posteriormente, passamos para análise documental, entendida por Laurence Bardin (1977, p. 45) enquanto “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência - e objetiva “a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem”.

Para atender aos procedimentos sistemáticos de descrição e análise dos conteúdos, baseamo-nos nas categorias de caráter de conteúdo, propostas por Campos (2018), compreendendo-as enquanto: informativa, opinativa, interpretativa, diversional e utilitária.

Fundamentamos, assim, os critérios de análise das ocorrências verificadas nos jornais ora em tela, possibilitando a identificação das espécies documentais, a relação destas com o caráter do conteúdo e a produção de sentidos a partir dos resultados.

Deste modo, este artigo traz a fundamentação teórica da pesquisa desenvolvida e os resultados obtidos a partir da análise proposta. Assim, dividimos o texto em três partes: a primeira intitulada “Os processos de institucionalização do campo arquivístico a partir dos marcos representativos”; a segunda, intitulada “Os gêneros jornalísticos enquanto categorias de análise”; e a terceira, intitulada “Os marcos representativos do campo arquivístico no material jornalístico”.

## OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO A PARTIR DE MARCOS REPRESENTATIVOS

Os processos de institucionalização da Arquivologia no Brasil podem ser desenhados a partir de âmbitos fundamentais que norteiam a compreensão da trajetória do campo no país. O legado “modernizante” de José Honório Rodrigues enquanto esteve à frente do Arquivo Nacional, define o ponto inicial do recorte temporal da pesquisa (Cougo Junior, 2020, p. 183). Em 1958, ao assumir a direção do Arquivo Nacional, JHR impulsionou a redefinição de diversos

parâmetros cristalizados pelo regulamento que regia o funcionamento da instituição, já à época obsoleto, promovendo intercâmbio entre os principais teóricos estrangeiros e implementando efetivamente o Curso Permanente de Arquivo, em 1960.

De acordo com Santos e Lima (2016), sua direção representou uma visão ampla que entendia o Arquivo Nacional enquanto uma peça central para a consolidação de um Sistema Nacional de Arquivos e também uma engrenagem para a administração pública e não apenas sendo de valor histórico. No mesmo período, em 1959, Marilena Leite Paes iniciava sua carreira no mundo da arquivística, ao ser chamada para assumir a organização do arquivo da Fundação Getúlio Vargas. É importante destacar que sua atuação na instituição, com a criação do Sistema de Arquivos, é representativa para o planejamento de um Sistema Nacional de Arquivos anos mais tarde.

Enquanto as décadas de 1950 e 1960 traçam, de acordo com Santos e Lima (2016, p. 487) “as origens da institucionalização da Arquivologia como disciplina no Brasil”, a década de 1970 é marcada pelo movimento associativista, já com os cursos de capacitação promovidos pelo Arquivo Nacional em exercício, e também pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, que irá representar a principal plataforma de visibilidade da categoria, tendo como objetivo a institucionalização de um curso de nível superior em Arquivologia. Santos e Silva (2018) destacam que as influências teórico-metodológicas de países europeus e americanos auxiliaram a implantação de práticas consistentes e direcionaram algumas diretrizes para o movimento associativista da área.

A atuação da AAB também abriu portas para avanços significativos na área, implicando na criação dos primeiros cursos de graduação no final da década de 1970, que visavam alçar o fazer do arquivista ao nível de especialização na gestão, organização e trato das fontes.

Há ainda, a ampliação dos horizontes para a categoria profissional com a regulamentação dos profissionais arquivistas e a criação dos cursos de ensino superior: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 1977, e a Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1978. Outro avanço a ser destacado foi a regulamentação da profissão, apoiada pela lei no 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre as atribuições dos profissionais arquivistas e técnicos de arquivo. Os arquivistas passam, então, a ser validados enquanto profissionais de nível superior, e responsáveis pelo planejamento e gestão documental em todas as suas particularidades.

A década de 1980 é também foi marcada por grandes avanços da Arquivologia no Brasil. A propulsão da área no período deve-se, em grande medida, à gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto no Arquivo Nacional – que durou de 1980 até 1990, e foi fundamental para a modernização do órgão e pavimentação de importantes mudanças ao campo dos arquivos na década seguinte. Durante a gestão de Vargas, vieram ao Brasil importantes atores da Arquivologia internacional, como Charles Kecskeméti, entre os anos de 1981 e 1987, Michel Duchein em 1982 e 1987, Frank Evans em 1982, dentre outros (Marques, 2011). Além disso, em 1984 é promulgado o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

A partir da década de 1990, o campo arquivístico no Brasil é marcado por avanços legislativos com a Lei 8.159/91, conhecida como a Lei de Arquivos, cujo artigo 26 cria o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, que configura-se enquanto um órgão colegiado, tendo como função a definição da política nacional de arquivos públicos e privados<sup>12</sup>, e institui o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, tendo sua organização e funcionamento posteriormente regulamentados pelo Decreto 4.073 de 3 de janeiro de 2002. Cabe destacar que o referido decreto sofre alterações significativas pela redação do Decreto 10.148 de 2 de dezembro de 2019 – tendo sido este submetido à consulta pública -, com fins de instituir a Comissão

de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal (SIGA). Neste, altera-se o caráter dos membros conselheiros do CONARQ, ampliando o lugar de representação do campo arquivístico, bem como de áreas afins. O SIGA por sua vez, é instituído por meio do Decreto 4.915 de 12 de dezembro de 2003.

Dentro da lógica da elaboração de um sistema integrado de atividades-meio da Administração Pública — proposto como uma das diretrizes no contexto da Reforma Administrativa, e da necessidade de implementação de políticas de gestão documental fomentada pela Lei de arquivos —, tem-se como objetivo otimizar o acesso aos documentos e suas informações de maneira segura. Além disso, o período é marcado pela criação de mais três cursos de graduação em Arquivologia, sendo estes: da Universidade de Brasília (1991), da Universidade Federal da Bahia (1998) e da Universidade Estadual de Londrina (1998).

As duas primeiras décadas dos anos 2000 movimentam o campo dos arquivos em vários aspectos. Além do estabelecimento de dispositivos legislativos aqui mencionados, a Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ) promove em 2004, a primeira edição do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA); em 2010 ocorre a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (I REPARQ); o Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ) é criado em 2011- mesmo ano em que ocorre a primeira Conferência Nacional de Arquivos; em 2012 é aprovada por meio da Resolução UNIRIO nº 3.898 de 12 de abril, a criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e, em 2014, é instituído o FNARQ.

Como resultado do cenário de incentivo a expansão das instituições de ensino superior federais, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras — Reuni, os anos 2000 foram caracterizados

fundamentalmente como o período de aumento expressivo na criação de cursos de ensino superior federais, culminando na criação de mais dez cursos de graduação em Arquivologia, sendo estes: o da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2000, da Universidade Estadual Paulista em 2003, da Universidade Estadual da Paraíba em 2006, da Universidade Federal do Rio Grande, de Minas Gerais e da Paraíba, entre 2008 e 2009, e das universidades federais de Santa Catarina Amazonas e do Pará, entre 2009 e 2012.

Com a expansão da criação de cursos superiores de graduação e pós-graduação em Arquivologia, a REPARQ, enquanto um evento acadêmico nasce com o intuito de ampliar ainda mais os limites das discussões do campo e de integração dos pesquisadores da área. De acordo com Thiago Henrique Bragato Barros, em prefácio do livro *A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital*, a REPARQ representa “acima de tudo um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia.” (Barros, 2019, não paginado). De sua segunda edição - articulada pela UFF e UNIRIO —, nasce o FEPARQ, com o objetivo de assegurar um espaço de construção para uma associação voltada para o ensino e pesquisa em Arquivologia no Brasil.<sup>133</sup>

O CNA, cuja primeira edição acontece em 2004, é o segundo grande evento nestas dimensões depois da criação do Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) — sua primeira edição tendo ocorrido no ano de 1972 e a última em 2012. De acordo com Katia Isabelli Melo e Aline da Cruz Cardoso (2018):

133

Considerando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia como objetivo final do FEPARQ, uma vez criada, o fórum descontinuará suas atividades. Informações disponíveis em: <http://feparq.org/sobre>. Acesso em: 03 ago. 2023.

O CNA veio para suprir a lacuna na continuidade dos congressos da AAB em virtude da pausa da última edição, ocorrida em 2000. Surge, então, uma nova proposta com a realização desses eventos vinculados às novas associações. O que contribuiu para que isso acontecesse foi o crescimento do movimento associativo, isto é, o surgimento de associações em alguns estados federativos (Melo; Cardoso, 2018, p. 78).

Nesse sentido, Melo e Cardoso (2018) trazem a crítica de Mariza Bottino (2014), que destaca que a dissolução dos núcleos regionais da AAB e o surgimento de associações regionais autônomas acaba por descentralizar o movimento e enfraquecer, de certa forma, o poder de reivindicação de demandas comuns dos profissionais da área. (Bottino, 2014, p. 233 *apud* Melo; Cardoso, 2018, p. 78).

Cabe destacar que é em 2011 que ocorre a I Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ). A conferência resulta da movimentação da comunidade arquivística por conta da transferência do AN para o Ministério da Justiça, por meio do Decreto nº 7.430 de 17 de janeiro de 2011. A conferência tinha o intuito de questionar tal medida, que mudaria a configuração da instituição e dificultaria a formulação e implementação efetiva de uma política nacional de arquivos.

O ano de 2012 se destaca pela criação do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO, tornando-se o primeiro programa de pós-graduação especificamente direcionado à área de Arquivologia no Brasil. Em meio à crescente ampliação de cursos de graduação e criação de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, o PPGARQ da UNIRIO vem no sentido de corroborar algumas demandas na qualificação dos profissionais de arquivo frente aos desafios particulares envolvidos na gestão de documentos de arquivo.<sup>134</sup>

134

Informações sobre o PPGARQ-UNIRIO disponíveis em: <http://www.unirio.br/ppgarq>. Acesso em: 01 ago. 2023.

É em ocasião do VI Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em 23 de outubro de 2014, que é criado o FNARQ. Enquanto um fórum permanente, a entidade visa o fortalecimento do movimento associativo e cria um espaço efetivo de articulação entre as associações, prezando o protagonismo profissional do campo e defendendo os interesses dos profissionais de arquivo. Em 2015, já sem a força de articulação de suas primeiras décadas, a AAB é extinta.

Em 2016 o campo é marcado pela saída de Jaime Antunes da direção do Arquivo Nacional depois de vinte e três anos de atuação na instituição, para dar lugar a outros nomes por indicação política, o que gerou uma série de críticas por parte dos profissionais da área. A substituição arbitrária de Antunes, após uma gestão consolidada, e considerando sua experiência profissional como arquivista, por interesses políticos que não conhecem a real relevância da atuação da instituição para a área, representa um retrocesso no campo se considerarmos a dimensão do Arquivo Nacional para a construção e implementação de políticas arquivísticas no país.

Voltando ao aspecto legislativo, atualmente, dois dispositivos podem ser considerados enquanto marcos essencialmente relevantes para a arquivística no Brasil: Lei geral de proteção de dados (LGPD) e o Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020. No que tange às fronteiras do acesso às informações contidas nos documentos, a Lei nº 13.709 de 8 de julho de 2018, traz a regulamentação do tratamento, coleta e guarda de dados pessoais, acarretando mudanças no fazer dos profissionais da área. Em se tratando do Decreto nº 10.278, que dispõe sobre os requisitos básicos para a digitalização de documentos públicos e privados, no sentido de salvaguardar a validação destes em âmbito administrativo e jurídico, permitindo assim o destarte em sua forma física, é certo que os requisitos dispostos no decreto não atendem efetivamente às práticas arquivísticas que entendem a aplicabilidade das normas e diretrizes para uma preservação digital de documentos de arquivo enquanto uma dinâmica

complexa a fim de garantir a integridade dos documentos dentro do contexto da gestão documental.<sup>135</sup>

## OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS ENQUANTO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ao identificarmos marcos pontuais que constituem os processos de institucionalização, podemos explorar os espaços de visibilidade do campo arquivístico no Brasil a partir de uma perspectiva externa, por meio de formatos midiáticos de grande alcance, como a imprensa periódica.

A presença da imprensa nos estudos sociais, não se restringindo apenas à comunicação, vem no sentido de produzir análises externas sobre temas de diferentes áreas. Entretanto, é preciso entender que, como fontes, são construções narrativas, com propósitos condicionados e para um determinado grupo demográfico. A compreensão das noções postas é necessária para que se justifique e se contextualize o uso de materiais da imprensa como fontes de pesquisa e análise. Ao utilizarmos os acervos do jornal O Globo e o Jornal do Brasil, devemos considerar a forma de apresentação dos materiais jornalísticos, que pode ser diversa e refletir as intenções e finalidades das empresas jornalísticas nas quais são publicados. Segundo Campos (2018), a padronização das unidades textuais jornalísticas, passa por diretrizes que determinam os elementos estruturais da redação e estilo de cada veículo.

Ao realizar um estudo tipológico de materiais jornalísticos fundamentando-se em uma perspectiva interdisciplinar entre o campo arquivístico, combinando técnicas de análise diplomática

135

O parecer técnico, formulado pelo grupo de trabalho da Superintendência de Documentação da UFF (SDC) traz pontos essenciais sobre o tema e amplia o debate sobre a aplicabilidade do Decreto 10.278/2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14729>. Acesso em: 01 ago. 2023.

e conceituações das áreas de comunicação e linguagem, o autor constrói um glossário das espécies documentais identificadas em jornais diários, a partir dos elementos particulares que caracterizam as respectivas formas textuais e relacionam-se, dentro do corpo do material jornalístico, às classes de gênero. As matérias jornalísticas seguem padrões de estrutura específicas, que dão aportes à categorização da natureza elementar de seus conteúdos. (Campos, 2018, p. 235). As categorias de gênero, que sob a ótica do campo da comunicação, são concebidas a partir de propósitos comunicativos específicos, também se aproximam, segundo Campos (2018, p. 234) das categorias documentais, que na diplomática, indicam as finalidades ou efeitos produzidos pelos documentos relativos.

Deste modo, o autor faz uma alusão entre formato jornalístico e espécie documental – relativos à configuração da estrutura e disposição dos elementos constitutivos do conteúdo do documento-texto jornalístico -, tipos jornalísticos e tipos documentais – qualificados a partir das finalidades que lhe cabem, gênero e categoria documental - que dizem respeito à natureza do conteúdo. (Campos, 2018, p. 237). As finalidades dos tipos jornalísticos são de naturezas diversas, o que faz com que as categorias relativas não sejam mutuamente excludentes, podendo ser inclusive, complementares, o que, no trato documental, torna-se uma questão problemática.

Atentamo-nos, em alinhamento ao ponto focal do estudo, à relação estabelecida entre os elementos caracterizadores e identificadores das espécies documentais referentes aos materiais jornalísticos e a natureza dos conteúdos da atividade jornalística. São apresentadas, a partir de uma perspectiva condicional à natureza comunicativa da atividade, as cinco categorias de caráter de conteúdo relativas aos produtos da atividade jornalística: informativa, opinativa, interpretativa, utilitária e diversional (Campos, 2018, p. 235).

Sistematizamos, então, um quadro com as definições das espécies propostas por Campos (2018) e seus enquadramentos por categorias de caráter de conteúdo:

**Quadro 1 - Definições das espécies de unidades textuais jornalísticas por enquadramento de categorias**

ESPÉCIE	DEFINIÇÃO
Informativo	
Nota	Relato conciso e breve, de caráter informativo e raramente assinado, de um fato da atualidade já concluído, em desenvolvimento ou em vias de acontecer. Quando integra uma coluna, seu teor pode exceder o puramente factual, oscilando entre o caráter interpretativo e opinativo (p. 339).
Notícia	Relato de caráter informativo, assinado ou não, de acontecimentos ou fato atual que se supõe de interesse coletivo. Caracteriza-se pela objetividade, traduzida em frases e parágrafos curtos e diretos, vocabulário de fácil compreensão e ausência de qualificativos ou juízos de valor. Sua estrutura básica é geralmente composta de título, crédito, abertura (redigida sob a forma de nariz de cera ou líde), desenvolvimento (explicação, contextualização e complementação do fato) e conclusão (p. 341).
Reportagem	Relato alentado, de caráter informativo e assinado, de acontecimentos, fato ou fenômeno atual que se supõe de interesse coletivo. Destina-se, usualmente, à cobertura de fato de grande impacto e caracteriza-se pela pretensão de exaustividade, propondo uma sequência investigativa não apenas das origens, mas também das razões e dos efeitos do acontecimento ou fenômeno relatado. Sua estrutura é semelhante à da notícia, porém mais extensa, com abundância de material explicativo, contextual e complementar (p.350).
Entrevista	Conjunto das declarações emitidas por uma ou mais personalidades a respeito de determinado assunto. Sua estrutura é geralmente composta por título, créditos, abertura (lidão) e transcrição, em texto corrido ou sob a forma de perguntas e respostas intercaladas ("pingue-pongue", no jargão jornalístico), do diálogo travado entre o entrevistador e o entrevistado (p. 330).
Opinativo	
Editorial	Exposição formal da posição e dos pontos de vista do jornal ou da empresa jornalística a respeito de fato ou tema da atualidade, redigida em tom impessoal e nunca assinada. Caracteriza-se pelo teor prescritivo e pela argumentação incisiva, aspectos em que difere da análise, do artigo e do comentário (p. 328).
Comentário	Composição de caráter opinativo, sempre assinada, em que o autor, seja ele jornalista ou especialista em determinado assunto, procura elucidar os sentidos, o contexto e as implicações de um único fato. Por ocupar espaço fixo, pode ser melhor identificado quando se trabalha com o jornal inteiro (p. 321).
Crítica	Avaliação ou apreciação fundamentada, geralmente assinada, emitida por especialista a respeito de manifestação artística (artes plásticas, cinema, literatura, música, teatro, televisão (p. 324).
Carta	Meio de comunicação utilizado pelos leitores para transmitir ao jornal suas opiniões a respeito do conteúdo veiculado em edições anteriores. É geralmente publicada em seção específica sob a forma de extrato, seguida da assinatura do remetente e da cidade em que reside, podendo receber título que remeta ao assunto ou à matéria a que se refere. [...]Convém notar que pode, a depender das circunstâncias, ser tipificada de acordo com sua funcionalidade (carta de agradecimento, de pedido de esclarecimento, de reclamação etc (p. 313).
Crônica	Narrativa de caráter opinativo, sempre assinada, que trata de fato da atualidade ou tema de interesse humano. Dotada de tratamento artístico e evada das impressões e juízos de valor muito pessoais do autor, conclui quase sempre com uma crítica da realidade (p. 324).
Coluna	Seção especializada, de caráter informativo e/ou opinativo, publicada regularmente e destinada à cobertura de assunto específico (cultura, economia, política, sociedade etc.), em que se reúne material de natureza diversa (charges, notas, notícias, foto-legendas). É geralmente assinada, dotada de título constante e ocupa espaço fixo em determinada página do jornal (p. 320).
Interpretativo	
Análise	Composição de caráter interpretativo, assinada ou não, que trata de explorar os antecedentes de fato ou situação e suas conseqüências, sem emitir, contudo, juízos de valor ou opiniões. Sua estrutura é geralmente composta de título, crédito (elemento facultativo, acompanhado ou não de breve perfil biográfico do autor), abertura em que se encontra a constatação do fato a ser explorado, argumentação fundamentada pela interpretação de dados complementares e conclusão" (p. 305).

ESPÉCIE	DEFINIÇÃO
Opinativo/Interpretativo	
Suelto	Composição de caráter interpretativo ou opinativo, não assinada, em que se comenta ou julga um fato relatado no corpo do próprio texto ou em nota que o antecede. Como artifício de simplificação da descrição documental, pode-se admitir sua denominação como nota (p. 353).
Artigo	Composição de caráter interpretativo e/ou opinativo, sempre assinada, redigida por jornalista ou por especialista, em que se aborda um tema específico de maneira fundamentada, podendo conter juízos de valor ou opiniões do autor a respeito do fato ou fenômeno abordado. Sua estrutura é composta de título, crédito, abertura, argumentação amparada por fundamentação teórica e conclusão, podendo conter, no pé, um breve perfil biográfico do autor, complementando o crédito (p. 308).
Análise	Composição de caráter interpretativo, assinada ou não, que trata de explorar os antecedentes de fato ou situação e suas consequências, sem emitir, contudo, juízos de valor ou opiniões. Sua estrutura é geralmente composta de título, crédito (elemento facultativo, acompanhado ou não de breve perfil biográfico do autor), abertura em que se encontra a constatação do fato a ser explorado, argumentação fundamentada pela interpretação de dados complementares e conclusão (p. 305).
Nota	Relato conciso e breve, de caráter informativo e raramente assinado, de um fato da atualidade já concluído, em desenvolvimento ou em vias de acontecer. Quando integra uma coluna, seu teor pode exceder o puramente factual (p. 339).
Diversional	
Anedota	Breve narrativa de teor jocoso, cuja conclusão se destina a provocar o riso. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal (p. 305).
Charada	Proposição enigmática que incita a adivinhação de palavra ou expressão (p. 317).
Conto	Narrativa ficcional, sempre assinada, concentrada em um único conflito ou uma só ação, geralmente desenvolvida em um único ambiente e com a participação de poucos personagens (p. 322).
Folhetim	Narrativa ficcional, sempre assinada, eivada das características da novela ou do romance e dividida em partes ou capítulos publicados com periodicidade regular (diária, semanal, quinzenal, mensal). Ocupa geralmente a parte inferior das páginas, justamente para ser destacado e colecionado (p. 332).
Utilitário	
Anúncio	Mensagem, geralmente sucinta, ornamentada ou não por recursos gráficos e publicada mediante compra de espaço na diagramação do jornal, cujo objetivo é propagandear ou oferecer bem, produto ou serviço ou promover a imagem de uma instituição (p. 306).
Carta-consulta	Carta ou conjunto de cartas em que um ou mais indivíduos encaminham uma questão ou demanda a outras instituições que não a própria empresa jornalística (p. 314).
Cotação	Conjunto de dados, organizados em texto corrido, gráfico ou tabela, sobre a variação do mercado financeiro, valorização de ações e moedas, preços de mercadorias ou, até mesmo, a avaliação de produtos culturais (livros, filmes, espetáculos) (p. 322).
Guia	Conjunto de anúncios ou sinopses classificadas segundo áreas de interesse ou especialização (atrações artísticas ou culturais, bares, restaurantes, médicos, telefones úteis, endereços, linhas de transporte público etc.) (p. 335).
Programa	Relação das atrações exibidas pelas emissoras de rádio e televisão, pelos cinemas, teatros, museus etc (p. 348).
Sinopse	Resumo do enredo de espetáculo artístico, filme, programa de televisão ou obra literária, geralmente acompanhado da ficha técnica (título original, direção, produção, elenco, duração, local ou emissora e horário de exibição, autoria, quantidade de páginas, editora, preço). Quando comporta comentários de especialista a respeito da qualidade da obra apresentada, trata-se de crítica, a despeito da extensão reduzida (p. 352).

Fonte: Campos (2018).

Assim, enquanto a categoria informativa tem a função de “fazer saber”, a opinativa “faz saber” expondo seus pontos de vista e juízos de valor. A interpretativa analisa de forma a “fazer conhecer”, ou seja, informar, de forma analítica, elucidando e tornando compreensíveis os dados e informações. Por sua vez, a categoria diversional liga-se às atividades de entretenimento, enquanto a utilitária, é voltada aos serviços, auxilia na tomada de decisões. Desta forma, o aporte conceitual apresentado por Campos (2018) e Marques de Melo e Assis (2016), ao aproximar-se da especificidade do objeto de levantamento documental, dá substância à elaboração dos critérios de análise das ocorrências verificadas no Jornal O Globo e Jornal do Brasil, possibilitando a identificação das espécies documentais encontradas nos acervos dos veículos, a relação destas com o caráter do conteúdo, e a produção de sentidos a partir dos resultados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os parâmetros metodológicos indicados, mesmo com a intensificação do fluxo informacional midiático nos anos 1990 e 2000, foram percebidas diversas lacunas no que tange à presença destes pedaços representativos do campo arquivístico no Brasil. Estes dizem respeito à criação dos cursos de graduação e eventos acadêmicos e associativos, significativos para a área, que ampliam os limites do debate acadêmico-profissional e dão corpo à consolidação da Arquivologia enquanto uma disciplina científica, e à reinvenção da aplicação dos dispositivos regulamentadores da atuação profissional do campo.

Tais ausências evidenciam uma não-pertinência, sob o olhar midiático, dessa parcela simbólica do campo, e também a incompreensão da relevância de aspectos caros à consolidação da Arquivologia em nosso país. Já na observação dos resultados relativos àqueles

marcos presentes, percebemos que a visibilidade se deu no reflexo dos contornos das demandas sociais de cada marco. Aquilo que é publicado possui um grau de relevância que deve ser considerado, visto que, mesmo as menores publicações, representam uma escolha editorial que também pode ser analisada e produzir sentidos.

Por sua vez, percebemos que os marcos mais antigos, como o contexto da nomeação de JHR e a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto no AN durante os primeiros anos, além do Congresso Brasileiro de Arquivologia – considerando suas respectivas dimensões e circunstâncias –, tiveram uma presença maior e refletiram mais suas relações diretas com o campo arquivístico do que marcos mais recentes como a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Observamos também que o jornal impresso, até os anos 1980, ocupou um lugar de fonte de informação para o público interessado nas novas opções de carreiras que começavam a se apresentar no vestibular, e que, a partir dos anos 1990, os interesses se voltam para o acesso aos documentos, informações e dados.

Nesse sentido, compreendemos que ao trazermos luz a discussão, e os analisarmos a partir de uma das possíveis combinações de critérios metodológicos, resgatamos a importância da compreensão da área pelo olhar externo e de amplo alcance de difusão, como o da imprensa, para a conscientização da promoção e aplicação efetiva de políticas arquivísticas e ainda, para o fortalecimento de dispositivos e entidades fiscalizadoras no sentido de garantir os direitos da categoria profissional do campo. Entendemos com isso, que a despeito da significativa ausência de diversos marcos, o lugar ocupado na imprensa impressa por aqueles cuja presença pôde ser verificada, foi representativo para a visibilidade do campo arquivístico entre o final da década de 1950 e a década de 1980, havendo, a partir da década de 1990, uma gradual diminuição ao longo dos anos seguintes, sobretudo em relação ao distanciamento da essencialidade da área para fundamentação do objeto nuclear dos marcos.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CAMPOS, J. F. G. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde04042019-125418. Acesso em: 27 de jul. 2023

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, 35, São Paulo, EDUC, julho-dezembro 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

GOMES, Y. Q. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**: entre a memória e a história. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MELO, J. M. de; ASSIS, F. de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, 2016. DOI: 10.1590/rbcc.v39i1.2354. Disponível em: <https://www.revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2354>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MELO, K. I.; CARDOSO, A. da C. ARQUIVISTA COMO PROTAGONISTA NOS EVENTOS CIENTÍFICOS: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas** (Portugal), n. 10, p. 71-91, 2018.

SANTOS, P. R. E.; LIMA, A. L. G. S. 'Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração': notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. número 11, p. 483-502, 2016.

SANTOS, S. L. F. dos; SILVA, K. K. P. R. ASSOCIATIVISMO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL. **Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**: Anais eletrônicos do VIII CNA, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 682-696, out. 2018. VIII CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA. Disponível em: [https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6\\_nesp/racin\\_v6\\_nesp\\_TA\\_GT08\\_0682-0696.pdf](https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT08_0682-0696.pdf). Acesso em: 20 de jul. 2023.